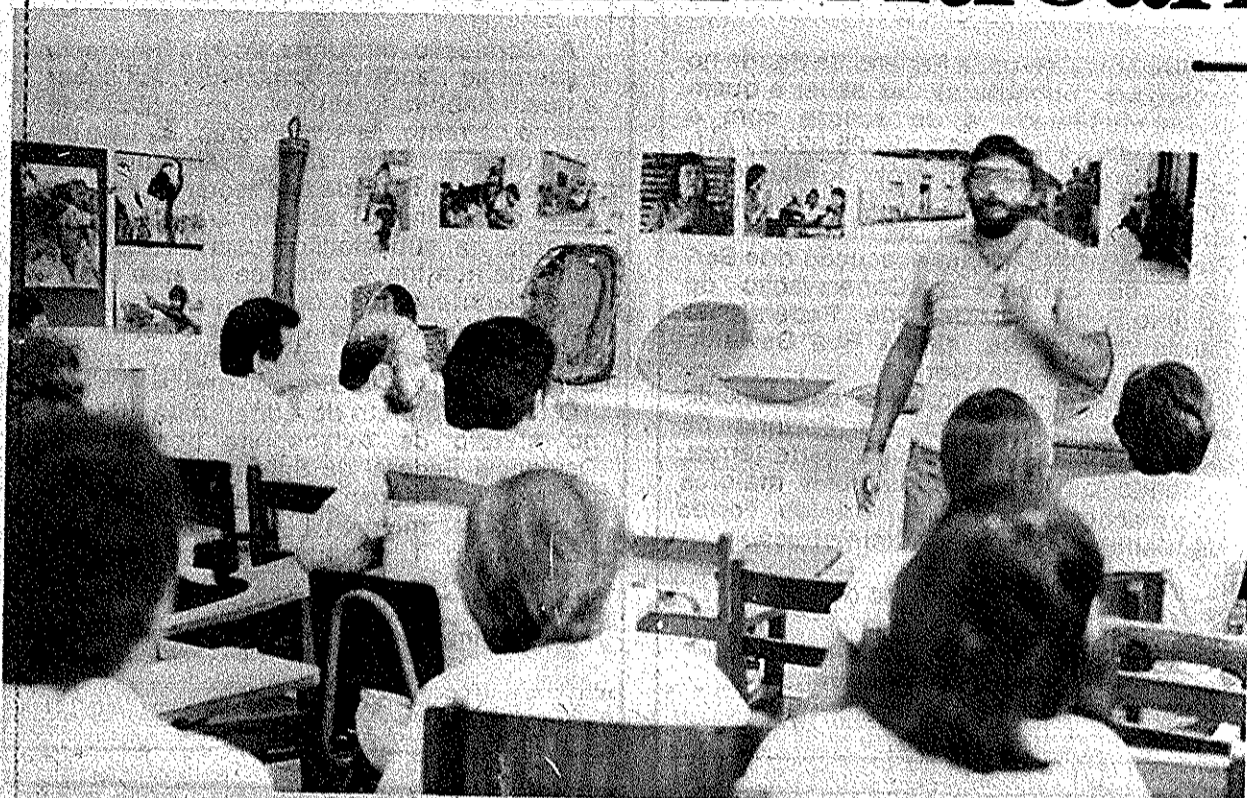


Genocídio estúpido dos Waimiri-Atroari



Professor Paulo Monte em palestra ontem sobre os waimiri-atroari, na faculdade de Medicina.

Os índios waimiri-atroari eram 6 mil em 1906. Num relatório feito pelo sertanista Gilberto Pinto, em 1974, consta que estavam reduzidos à metade. Hoje, os waimiri-atroari se resumem a 340 pessoas. Os massacres, a descaracterização cultural, a destruição, enfim, dessa e das outras nações indígenas, foi o tema da discussão de ontem, promovida pelo Centro Acadêmico de Medicina (CAMED), na sala 2.5 da faculdade, às 14 horas.

Em substituição ao palestrante convidado, Antonio Maria Bastos, que teve que viajar na última hora para Belém, falaram o professor Paulo Monte e o líder tukano Alvaro Sampaio, representante da União Nacional das Nações Indígenas — UNIND. Muito aplaudido, Alvaro comentando a "queda" ontem do delegado regional da FUNAI, Kazuto — foi transferido para Brasília, a fim de assessorar o presidente do órgão — disse que o que existe de pior para a causa indígena são os funcionários da FUNAI.

— É a mesma coisa dos soldados mandados para a guerra — explicou ele — porque eles deveriam se matar uns aos outros, quando a briga é de general para general?

GENOCÍDIO ESTÚPIDO

Segundo o professor Paulo Monte, a destruição da nação waimiri-atroari "foi o genocídio mais estúpido da história dos povos indígenas." Usando o mito da morte do Padre Calleri, onde a autoria do crime permanece até hoje obscura,

pois depoimentos inclusive de familiares das vítimas inocentam os índios, disse que até agência de turismo estão usando o lema "Índios Perigosos" para levar turistas até a área dos waimiri-atroaris.

— E eles moram a apenas 250 quilômetros de Manaus — frisou o professor — estão os destruindo nas nossas barbas, e todos nós estamos calados.

A causa indígena sempre foi interpretada pelo Governo de forma errada, segundo Paulo Monte, pois sempre se fez "uma salada carnavalesca" com os conceitos de Estado e Nação. O primeiro é a representação oficial do poder, a segundo predispõe ao respeito pela cultura e pelo próprio poder que desta cultura emana.

— No Brasil existem hábitos culturais diferentes em cada região, e, às vezes, de Estado para Estado — explicou Paulo — então, não existe o Brasil, mas os Brasís, e o Estado deveria reconhecer essa diversidade, pois assim estariam respeitando além das outras identidades, a dos povos indígenas.

Entre os assistentes, um professor da faculdade de Medicina levantou-se para reforçar o argumento: "Qual a identidade que nós brasileiros, podemos ter, se não temos direito nem de escolher o Presidente do País?"

QUE INTEGRAÇÃO?

Após a infância passada na aldeia São Francisco — "trocaram todos os nomes de aldeias por nomes de santos, quando nem nos povoados se

acredita mais neles" —, Alvaro partiu para São Gabriel da Cachoeira para estudar na escola salesiana. Lá, segundo ele, "nunca me senti como índio. Os padres salesianos nunca me ensinaram nada relacionado com a minha cultura." Acho até que está é a mesma ambição de todo estudante brasileiro.

— Nós somos os herdeiros dos massacros — colocou o líder tukano, afirmando que todas as pessoas (brancos, índios ou negros) que quiserem defender os índios "devem ser simples e simpáticos à causa, pois na verdade tudo é uma questão de consciência."

E essa consciência, segundo ele, "ainda é muito fraca."

Bombardeado de perguntas pelo público presente, a maioria dos professores e alunos da Faculdade de Medicina, sobre de que maneira o problema poderia ser resolvido, Alvaro falou da integração. De branco com índio, branco com branco, índio com índio, negros, enfim, onde acordo com ele, "ainda tem muita gente com coração de pelego," e a saída é o ser humano se guiar pelo coração e pela cabeça, fundamentalmente baseado pela verdade.

— Não vim aqui para simplesmente esclarecer dúvidas, mas para, pela minha esperança de modificar o portei desse País, indagar: O que posso esperar de vocês?"

A exposição sobre os waimiri-atroaris, ontem juntamente com a palestra, ficará na Faculdade de Medicina nos próximos dois dias, numa mostra de fotos e objetos de cultura dessa nação.

CR\$ 1,5 bilhão vão beneficiar índios

O Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) destinará 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para serem aplicados na identificação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas, localizadas em 16 Estados e nos Territórios do Amapá e Roraima, beneficiando mais de 11 mil índios somente através da legalização da posse da terra. Os recursos serão liberados sob a forma não reembolsável pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), órgão vinculado à SEPLAN e responsável pela administração do Finsocial.

A solenidade de assinatura do contrato será realizada amanhã (dia 13), às 11 horas, no gabinete do Ministro. Delfim Netto no Palácio do Planalto, com a presença do Ministro do Interior, Mário Andreazza, do Presidente do BNDES, Jorge Lins Freire, do Presidente da FUNAI, Octávio Ferreira Lima, e do Diretor do BNDES para a Área do FINSOCIAL, Rubem Novaes, além de representantes da comunidade indígena.

TERRAS INDÍGENAS

A dotação do FINSOCIAL que será repassada à FUNAI permitirá a identificação de 85 áreas indígenas, a demarcação de 736 mil e 422 hectares distribuídos por 27 áreas e a regularização de outras 19 áreas per-

tinentes aos índios. Para identificação de terras a FUNAI receberá 146 milhões e 300 mil cruzeiros, para demarcação 670 milhões e 700 mil e para a regularização fundiária 603 milhões de cruzeiros, além de 80 milhões para acompanhamento e reserva técnica.

As áreas incluídas no projeto da FUNAI apoiado pelo FINSOCIAL estão localizadas nos seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa

Catarina, Rondônia e São Paulo, assim como nos Territórios de Roraima e Amapá.

O projeto de demarcação de terras indígenas irá beneficiar cerca de 7 mil e 500 índios e compreenderá 27 áreas, situadas no Acre (duas áreas com 109 mil e 750 hectares); Bahia (duas áreas com 8 mil e 750 hectares); Maranhão (duas áreas com 26 mil e 500 hectares); Pará (uma área com 6 mil hectares); Paraná (uma área com 19 mil e 105 hectares); Rio de Janeiro (uma área com 700 hectares); Roraima (13 áreas com 538 mil e 743 hectares); Santa Catarina (uma área com 14 mil e 830 hectares); São Paulo (três áreas com 1 mil e 423 hectares); e Goiás (uma área com 10 mil e 620 hectares).

As 19 áreas que serão regularizadas, beneficiando 3 mil e 350 índios, estão localizadas no Acre (2), Espírito Santo (3), Goiás (1), Maranhão (2), Pará (1) e Roraima (10).